

Em três semanas, FMI terá o plano

CESAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, combinou, ontem, com o chefe da delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI), Thomas Reichmann, que dentro de três semanas o Governo apresentará à instituição o seu novo programa econômico. Segundo apurou o **C O R R E I O BAZILIENSE**, as linhas fundamentais do programa combinam uma perspectiva de inflação medida anual de 250 por cento com um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,5 por cento. Essas estimativas, porém, poderão ser alteradas no decorrer do segundo semestre. Concretamente, o programa afasta o risco de recessão econômica.

Thomas Reichmann negou-se a fazer qualquer declaração, mas admitiu que o relatório que a missão do Fundo vai preparar sobre a economia brasileira não deverá sair já. A delegação do Fundo que se reuniu durante toda a manhã com o ministro e sua equipe (Fernando Milliet, presidente do Banco Central; Ioshiaki Nakano, assessor econômico; Mailson Ferreira da Nóbrega, secretário-geral; Andrea Sandro Calabi, secretário do Tesouro, e Alexandre Kafka, representante do Brasil no FMI) viajou ontem a Washington e volta ao Brasil em três semanas.

Apesar de ainda não ter um esboço definitivo do novo programa econômico, o ministro Bresser Pereira já dispõe das indicações necessárias para projetá-lo, graças às informações fornecidas pelo secretário do Tesouro, Andrea Sandro Calabi, a partir das projeções previstas para o orçamento da União e do orçamento das empresas estatais. Curiosamente, trabalha-se com uma projeção inflacionária de 200 por cento para o primeiro (de dezembro de 1986 a dezembro de 1987 e 145 por cento, na média, entre janeiro e dezembro de 87) e 280 por cento para o segundo.

Os demais indicadores seriam deduzidos desse parâmetro básico para compor um programa que fixará metas trimestrais para este ano e anual a partir de 1988. Assim, o perfil do novo programa se comporia da seguinte forma: 1 — inflação média: 250 por cento; 2 — expansão do crédito interno líquido (meios de pagamento e emissão de moeda): equivalente à média da expansão da inflação, ou seja, entre 200 e 250 por cento; 3 — crescimento do Produto Interno Bruto (PIB): 3,5 por cento; 4 — preços: reajustes mensais em 80 por cento do INPC; 5 — salários: manutenção do gatilho salarial; 6 — juros: taxas reais acima da inflação; 7 — câmbio: minidesvalorização diárias; 8 — balança comercial: entre 8

a 9 bilhões de dólares; 9 — necessidade de dinheiro novo junto aos credores: 4 bilhões (pode ser mais, conforme admitiu o presidente do BC, Fernando Milliet) e 10 — Déficit do setor público: entre 2 e 2,2 por cento.

As previsões sobre o déficit do setor público são de que alcançará este ano Cz\$ 164,9 bilhões num orçamento oficial previsto de Cz\$ 1.080.416 trilhões, de acordo com uma inflação de 200 por cento, mas já antevendo um excesso de Cz\$ 523,7 bilhões. Três dados são alarmantes para as contas do Governo — as dívidas dos Estados, de Cz\$ 110 bilhões; um buraco financeiro de Cz\$ 73 bilhões da Siderbrás e a concessão de aproximadamente Cz\$ 50 bilhões de subsídios.

O ministro Bresser Pereira deverá discutir com o PMDB o novo programa econômico. Provavelmente ele irá ao Congresso apresentá-lo aos parlamentares peemedebistas. Seus assessores insistem em afirmar que será necessário a adoção de um regime de austeridade para sanear a economia, submetida, no momento, em regime de escalada inflacionária, mas o risco de recessão está afastado, apesar de alguns sinais de desaceleração registrados em alguns setores localizados. A indexação geral da economia — reajustes gerais feitos com base na OTN — deverá manter a estabilidade enquanto se tenta gradualmente o saneamento.

O programa econômico não atenderá a ordem de fatores ditados pelo Fundo Monetário Internacional. Este ordena que se fixe em primeiro lugar metas relativas à balança comercial (para garantir o pagamento dos juros aos credores) e ao déficit público, sendo que o crescimento econômico vem como resíduo após alcançados aqueles dois objetivos considerados prioritários. Bresser inverteu as prioridades: implementará um programa, disse ele aos correspondentes estrangeiros, semelhante ao ditado pelo FMI,

mas que garanta, de antemão o crescimento de 3,5 por cento do PIB.

O ministro previu que o acerto com os credores internacionais deverá ser tranquilo. As medidas adotadas pelo Governo recentemente, segundo ele, deverão dar bons resultados. Anunciou que a balança comercial de abril reagiu aos estímulos proporcionados pela maxidesvalorização e registrou um superávit de 500 milhões de dólares. Ele está esperançoso que nos próximos meses a situação continuará melhorando na área externa.

Bresser, disseram os correspondentes estrangeiros, adotou uma posição de cautela ao falar sobre a negociação com os bancos oficiais de crédito. No último domingo ele admitiu que se os bancos não emprestarem ao País (desde o início do ano continuam com os empréstimos paralisados em solidariedade aos bancos particulares que estão sem receber o pagamento dos juros desde a decretação da moratória no dia 20 de fevereiro), o Governo suspenderá o pagamento a eles, ampliando, portanto, a moratória. Ontem, porém, ele disse que “vamos negociar, porque somos parceiros”.

Os correspondentes ressaltaram que Bresser está tranquilo em relação à negociação da dívida externa, mas mostrou-se bastante preocupado com a situação interna, em particular com a inflação, a dívida dos estados, entre outros assuntos. Entende, porém, que o programa “de consistência econômica” que adotará nas próximas três semanas será o antídoto capaz de permitir o encaminhamento satisfatório dos problemas internos.

RESERVAS CAEM

O ministro admitiu aos correspondentes estrangeiros que as reservas cambiais do País estão caindo. No momento em que o Presidente decretou a moratória, o País tinha 4 bilhões de dólares.